

Desigualdade do Brasil está a décadas de distância da Europa

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Se voltar a reduzir a iniquidade no ritmo dos anos 2000, país levará 30 anos para atingir nível europeu. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) anunciou em 12 de maio a maior redução na desigualdade de renda em 11 anos, desde o início da atual série histórica, em 2012. Mesmo assim, o Brasil continua no topo da concentração de renda do mundo e tem longo caminho pela frente para reduzir a iniquidade a níveis de países desenvolvidos. Uma comparação com os dados mais atuais do índice Gini (medida mais usada para aferir desigualdade) de outros países mostra o Brasil como o 10º pior em desigualdade. Apenas países africanos, como a África do Sul, que encabeça a lista, se saem pior. Os fatores apontados como responsáveis pela queda de 2022 não devem se repetir nos próximos anos leia mais abaixo Caso o Brasil retome o ritmo de redução da desigualdade que imprimiu de 2001 a 2014, seriam necessários pelo menos 30 anos para chegar ao mesmo indicador de Itália e Rússia, os países europeus mais desiguais. Para atingir o índice Gini da França, seriam 43 anos. Mesmo que se repetisse por vários anos o ritmo acelerado de 2022, maior queda de desigualdade da série atual, seriam pelo menos 3 anos e 10 meses para chegar ao patamar da Argentina, ou 8 anos para chegar ao índice Gini da França. Queda de 2022 é conjuntural A redução de desigualdade de renda em 2022 teve 2 fatores principais: recuperação da pandemia – o mercado de trabalho reagiu e conseguiu recuperar as perdas no número de pessoas trabalhando. No ano passado, 7,7 milhões de pessoas que não estavam ocupadas passaram a trabalhar. A recuperação levou ao maior número já registrado de população ocupada: 95,2 milhões de pessoas. Auxílio Brasil – o número de beneficiários cresceu 50% durante o ano eleitoral: foi de 14,5 milhões para 21,6 milhões. O valor médio desse benefício mais do que triplicou, passando a R\$ 600 em média. Os dois fatores não devem se repetir em 2023. “Não é algo replicável. Não tem espaço fiscal para triplicar de novo o valor dos benefícios sociais e nem aumentar tanto a população beneficiada. E a recuperação da pandemia já foi”, diz o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social Dessa forma, para Neri, é mais útil olhar o ritmo contínuo de diminuição da desigualdade alcançado no período de 2001 a 2014, em patamares anuais menores do que o de 2022. Esse caminho indica que seriam necessárias mais algumas décadas de reduções constantes de desigualdade para atingir o nível dos europeus, ou 25 anos para chegar ao patamar dos EUA. Para o diretor do FGV Social, o caminho na melhoria da desigualdade agora passa por algo que o Brasil negligenciou nas últimas décadas: produtividade. “Os indicadores sociais brasileiros tiveram desempenho surpreendente nas últimas décadas, mas houve um descolamento da trajetória econômica. As pessoas têm mais anos de educação, mas não estão mais produtivas. Vivem mais, mas demoramos muito a fazer a reforma da Previdência “, diz Neri. O economista argumenta que fazer a educação de qualidade mais equânime no Brasil poderia ser um caminho preferencial para reduzir a desigualdade. Cita reformas no Ensino médio que preparem melhor para o mercado de trabalho. A população mais educada levaria a um aumento de produtividade no trabalho, que poderia se reverter em mais renda e redução de desigualdades. Neri também cita pautas identitárias de igualdade de cor da pele, gênero e outras dimensões que podem servir como fator para diminuir a concentração de renda. Metodologia Para calcular o ritmo de queda do índice Gini brasileiro de 2001 a 2014, o Poder360 usou séries históricas antigas, disponíveis nas bases de dados do Banco Mundial, fazendo uma média anual de redução do indicador durante esse período. Comparou-se, então, com a queda verificada de 2021 a 2022. As duas “velocidades” de redução foram então aplicadas ao índice Gini atual do Brasil (0,518) para obter o número de anos necessários para

atingir o indicador de outros países. o Poder360 integra o

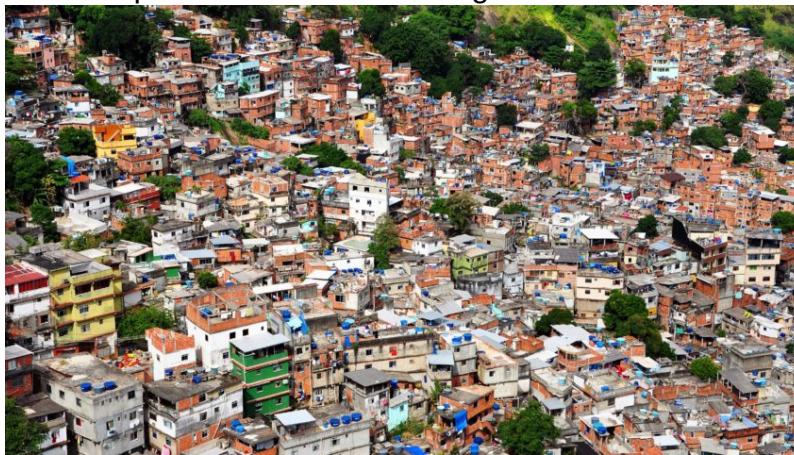


Imagem da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, em 2010

BRASIL ESTÁ ENTRE OS 10 MAIS DESIGUAIS DO MUNDO

posição dos países em relação ao coeficiente gini

















posição no ranking da desigualdade		coeficiente Gini			
1°		África do Sul	0,630		todos os países mais desiguais que o Brasil estão na África
2°		Namibia	0,591		
10°		Brasil	0,518		
25°		México	0,454		
40°		Argentina	0,420		
58°		Estados Unidos	0,397		
69°		China	0,382		
88°		Índia	0,357		
128°		Alemanha	0,317		
132°		França	0,307		
160°		Bélgica	0,260		
167°		Eslováquia	0,232		é a nação com menor desigualdade de renda



fonte: IBGE e Banco Mundial. Análise Drive/Poder360 seguindo orientação de Marcelo Neri
obs: o ano de referência da informação varia de acordo com o país. Foram usados dados mais atualizados de todas as nações disponíveis na base do Banco Mundial

BRASIL LEVARIA DÉCADAS PARA ATINGIR NÍVEL EUROPEU DE DESIGUALDADE

tempo necessário para chegar a nível de de desigualdade (Gini) dos países do G20, considerando ritmo pré-crise e atual

nº de anos para o Brasil ter o nível de desigualdade igual a:	ritmo "normal" de redução (2001 a 2014)	ritmo acelerado de redução (2022)
 França	42,9	8,1
 Coreia do Sul	41,4	7,8
 Alemanha	40,8	7,7
 Canadá	39,2	7,4
 Reino Unido	39,0	7,4
 Japão	38,4	7,3
 Austrália	35,5	6,7
 Itália	33,7	6,4
 Índia	32,7	6,2
 Rússia	32,1	6,1
 Indonésia	28,2	5,3
 China	27,6	5,2
 Estados Unidos	24,6	4,7
 Turquia	20,1	3,8
 Argentina	19,9	3,8
 México	13,0	2,5



mesmo com ritmo recorde do ano passado, ainda seriam necessários 8 anos de redução para chegar ao nível de desigualdade da França

fonte: IBGE e Banco Mundial | tabulação do Drive/Poder360 seguindo orientação de Marcelo Neri
obs: não há dados para Arábia Saudita. Não foi considerada a África do Sul por ter desigualdade superior à brasileira